

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Medicina Social
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Política Planejamento e Administração em Saúde.

PROFESSOR: Eduardo Levcovitz

ANO/SEMESTRE:

2018/2

CÓDIGO:

D: IMS

TURMA:

CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS:

30h / 2 créditos

INÍCIO (dia/mês):

15/8

DIA DA SEMANA / HORÁRIO

4a FEIRA – 14:00 à 17:00
EM DATAS PRÉ-DEFINIDAS
(COMBINA SESSÕES PRESENCIAIS E VIRTUAIS)

TÉRMINO (dia/mês):

28/11

DISCIPLINA

Tópicos Especiais em Política, Planejamento e Administração em Saúde.

FORMATOS INSTITUCIONAIS E MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTÃO DE HOSPITAIS COMPLEXOS II: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

EMENTA

RESTRITA AOS DOUTORANDOS QUE PARTICIPARAM DA DISCIPLINA FORMATOS INSTITUCIONAIS E MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTÃO DE HOSPITAIS COMPLEXOS I – 1º SEMESTRE 2018

Nos últimos 20 anos, um dos mais intensos debates no âmbito do SUS está relacionado a propostas de modelos alternativos de gestão pública, incluindo a defesa de uma nova institucionalidade para superar os entraves impostos pela administração direta estatal. Várias alternativas foram experimentadas tanto na esfera do direito público quanto do privado, sem que houvesse se formado um consenso que permitisse uma nova institucionalidade.

Desde 1995, quando foi lançado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), foram criados novos tipos de organizações no terceiro setor para fortalecer o espaço público não estatal e escapar da rigidez da administração direta. Várias formas de organização estão previstas na legislação brasileira, todas tendo como característica o afrouxamento dos controles rígidos da administração direta e o objetivo declarado de oferecer mais autonomia e flexibilidade ao serviço público, destacando-se as Organizações Sociais (OS) regidas pela lei 9637/98, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) regidas pela lei 9790/99, e Fundações Públicas de Direito Privado (FPDP). O tema foi objeto de discussões e deliberações na 13ª e na 14ª Conferências Nacionais de Saúde e de apreciação pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 1.923/98

Esta disciplina se propõe a contribuir com o aprofundamento desse debate, pesquisando, comparando e sistematizando as experiências acumuladas no Brasil de busca maior autonomia e flexibilidade na gestão de Hospitais Complexos.

Ao final da disciplina deverá ser redigido um artigo para submissão à periódico científico.

BIBLIOGRAFIA:

Abrucio, F L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Cadernos ENAP 10, 1997

<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/96-Abrucio,Fernando.pdf>

Barbosa N B, Elias P E M. As organizações sociais de saúde como forma de gestão público/privado. Ciência Saúde Coletiva. 2010;15(5):2483–95. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n5/v15n5a23.pdf>

Bresser Pereira, L C. Da administração pública burocrática à gerencial, Brasília: Revista do Serviço Público 120(1):7-40, 1996 <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>

Bresser Pereira, L C. Reforma administrativa do sistema de saúde. Cadernos de Reforma do Estado, 13. Brasília: MARE, 1998 <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno13.pdf>

Cardoso F M, Campos G W S. Reformas Neoliberais, Reforma Sanitária Brasileira e Fundações Estatais de Direito Privado: análise de documento da Fundação Estatal de Saúde da Família (FESF) – Bahia. Saúde Em Debate. 2013;37(97):219–32. <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n97/v37n97a04.pdf>

CONASS. Alternativas de Gerência de Unidades Públicas de Saúde. Brasília: CONASS, 2015
<http://www.conass.org.br/biblioteca/alternativas-de-gerencia-de-unidades-publicas-de-saude/>

Evans, P. O Estado como problema e solução. Lua Nova no.28-29 São Paulo. 1993
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006

Franzene, C. Administração Pública em contexto de mudança: desafios para o gestor de políticas públicas, in Ibañes, N, Elias, P E, Seixas P H (Orgs). Política e Gestão Pública em Saúde. São Paulo: HUCITEC, 2011. pp.19-53

IBROSS/CONASS. Seminário Organizações Sociais de Saúde: transparência e eficiência. 2017
<http://www.ibross.org.br/?p=6922>

Machado JP, Martins M, Costa Leite I. O mix público-privado e os arranjos de financiamento hospitalar no Brasil. Saúde em Debate V.39, Numero Especial, Rio de Janeiro: CEBES, Dez 2015, pp. 39-50

http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/01/sdeb_pol%C3%ADticas_web_27.011.pdf

Paim J S, Teixeira C F. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. Ciência & Saúde Coletiva. 2007;1(1):1819–1829. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/05.pdf>

Santos L. Da reforma do Estado à reforma da gestão hospitalar federal: algumas considerações. Saúde em Debate. 2005;29(71):371–81.

http://idisa.org.br/img/File/A%2520gestao%2520hospitalar%2520e%2520a%2520Reforma%2520Administrativa%25200_versao%2520CEBES.pdf

TIPO DE AVALIAÇÃO: **redação conjunta de artigo a ser submetido à periódico científico**